

## ARTIGO



Alfredo Andrade\*

## Tolerar não é concordar

Ao criticar o Papa Leão, chamando-o de fraco, o presidente Trump se aproximou da leviandade, porque o Papa é o chefe da Igreja Católica que tem por dever solicitar a paz no mundo, condenando as guerras. Giorgia Meloni considerou inaceitáveis as palavras de Trump e o presidente do Irã afirmou que “a profanação de Jesus, profeta da paz e da fraternidade, não é aceitável por nenhuma pessoa livre”. Toda comunidade católica está consternada, até porque o Papa não é político, mas um

servo do Senhor. Chamá-lo de “fraco” beira a imaturidade, principalmente para um chefe de nação.

Assim, a imoralidade continua em alta na casa da barganha, onde os interesses inescrupulosos estão acima dos objetivos do povo brasileiro, como foi o caso do comportamento do senador que substituiu Sergio Moro (PL-PR) para colocar Beto Faro (PT-PA) na função de relator da CPI do “Crime Organizado” — para votar a favor do governo. As eleições estão chegando, vamos

acordar, povo brasileiro!

Todos sabemos: “tolerar não é concordar, nem simpatizar, mas suportar aquilo que se rejeita”, conforme teoria clássica. A intolerância só surgirá como dever moral, devido ao fim da afinidade. No cenário político, a intolerância nunca desaparecerá, uma vez que nasce com o ser humano, onde a falta de conhecimento das causas de cada fato ou momento político conduz ao comportamento pouco recomendável. Na política, existe um alvo ou vários pontos di-

vergentes, contudo o aspecto moral decorrente da formação de cada ser prevalece sobre os motivos individuais.

O presidente Lula, aliado de Moraes, largou sua mão, isso ficou claro quando afirmou “se quer ficar milionário, não pode ser ministro da Suprema Corte”. Criticar esse ou aquele presidente de uma nação não é só um dever, mas reflexo de uma postura independente que gera o ônus de se defender embasado na verdade. Quem não quer ser criticado que não assuma cargo público!!!

\*é ex-conselheiro federal da OAB/AM nos triênios 2001/2003 e 2007/2009 – alfredo@andradegomesado.com.br

## ARTIGO



Thomaz Meirelles\*

## O senador omitiu por medo ou conveniência?

O senador Eduardo Braga foi às redes sociais com o seu “Papo Reto” cobrar as ONGs que travam o asfaltamento da BR-319, em especial o tal “Observatório do Clima”. O discurso é bonito, procura atrair o apoio de quem sofre com a lama e o isolamento, mas, para quem conhece os bastidores do Amazonas há décadas, a fala soa como um teatro ensaiado onde o protagonista finge não conhecer os figurantes. Se o senador quer tanto a “verdade e firmeza”, por que não foi o protagonista na CPI das ONGs que aconteceu dentro da sua própria casa, o Senado Federal? Ali era o lugar de mostrar os contratos, as conexões e os financiadores que o senhor agora diz querer revelar no Instagram. Eduardo e Omar deixaram o amazonense senador Plínio Valério sozinho nessa luta contra as ONGs, até hoje não disseram nada. O senador questiona quem financia e quem comanda essas ações de ONGs contra o desenvolvimento do Amazonas, mas esquece de citar a FAS (Fundação Amazônia Sustentável). A FAS nasceu dentro do seu governo, em 2008, e é capitaneada até hoje por Virgílio Viana, que foi seu Secretário de Meio Ambiente. Essa proximidade histórica é um fato, não uma suposição. Atacar o “sistema de ONGs” sem tocar na FAS é, no mínimo, uma amnésia seletiva. Que comigo não cola! Outro ponto que não “cola” é o papel de outra ONG, o Idesam, que o senador também conhece muito bem. A ONG entrou na justiça para barrar o licenciamento da rodovia, mas logo depois tentou se desvincular do Observatório do Clima. Por quê? Porque o Idesam administra milhões até bilhão do PPBio (Programa Prioritário de Bioeconomia), cujos recursos vêm justamente da indústria da Zona Franca de Manaus — a mesma indústria que é penalizada pela falta da BR-319. É um contrassenso inaceitável: usar o dinheiro de quem produz para financiar quem impede o escoamento da produção. Pior é ainda ver o Cieam em parceria com a ONG FAS. Minha opinião é clara: O senador Eduardo Braga é extremamente inteligente, mas subestima a memória do povo do Amazonas. Não dá para posar de defensor da estrada e manter no círculo íntimo e em total silêncio — e em cargos estratégicos de gestão de recursos — as mentes que desenharam as travas ambientais que hoje nos isolam. O Amazonas não precisa de posts de indignação; precisa de transparência real, de ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), que as ONGs não querem, e de coragem para

romper com o “ongueirismo” de estimação que atrasa o nosso desenvolvimento. O Observatório do Clima atua frequentemente como o “braço político e jurídico” dessas ONGs em Brasília. Quando o Observatório entra com uma ação judicial ou publica um relatório contra o asfaltamento da BR-319, ele o faz em nome das organizações que o compõem. O Observatório do Clima é a voz coletiva que permite que ONGs como FAS e Idesam mantenham uma postura institucional “técnica” enquanto a rede (OC) faz o enfrentamento político e jurídico mais agressivo. Em julho de 2024, após o OC (Observatório do Clima) conseguir na Justiça a suspensão do licenciamento do “Trecho do Meio” da BR-319, o Idesam anunciou sua saída da rede. O motivo oficial: O instituto afirmou ser a favor da repavimentação (com rigor ambiental), contrastando com a posição radicalmente contrária do Observatório. O Idesam é o coordenador do PPBio (Programa Prioritário de Bioeconomia). Esse programa é financiado com recursos de P&D das indústrias do PIM (Polo Industrial de Manaus). O conflito de interesse: As indústrias que colocam dinheiro no PPBio são as mesmas que precisam da BR-319 para escoar produção e reduzir custos logísticos. O cerco: Ficou insustentável para a ONG continuar recebendo milhões via Suframa/PIM enquanto fazia parte do grupo que deu o “golpe de misericórdia” jurídico na estrada. A saída foi uma tentativa de limpar a imagem perante os financiadores. Sempre é bom lembrar que a ONG Idesam nasceu de uma “costela” da ONG FAS. Embora tenha saído do Observatório do Clima, o Idesam continuou liderando o “Observatório da BR-319” (outro grupo que mantém uma postura crítica e de vigilância que, na prática, trava o avanço das obras). A Nota Oficial: A “saída” foi comunicada via ofício à Suframa para acalmar os ânimos, mas a postura técnica da ONG em relação aos entraves da estrada pouco mudou na prática. A saída do Idesam não foi uma mudança de convicção ambiental, mas uma conveniência econômica. Se eles continuassem no Observatório do Clima, o risco de perderem a gestão dos recursos bilionários do PPBio — fiscalizados pela Suframa — era real e iminente. O senador Eduardo Braga sabe dessas conexões financeiras, mas prefere manter o discurso genérico contra “ONGs estrangeiras” para não atingir os parceiros locais que gerem esses fundos. Eduardo precisa se posicionar de que lado está, das ONGs ou do povo do Amazonas?

\*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio – thomaz.meirelles@hotmail.com

## ARTIGO



Augusto Rocha\*

## BR-319: reconstruir não é tudo

Agora que a recuperação do trecho do meio da BR-319 passa a ter contornos reais, é necessário que também sejam iniciadas as ações para proteger o entorno da rodovia. Já se constata alguns movimentos para isso, mas ainda é pouco frente ao risco associado com a obra. Cada um dos municípios que serão atingidos pelo asfaltamento da rodovia deveria começar um projeto de proteção ambiental, prevenção da grilagem, georreferenciamento de sua área, cadastramento territorial e de análise de potenciais econômicos a partir desta mudança de acessibilidade.

O Governo Federal, o Governo de Rondônia e o Governo do Amazonas possuem papéis fundamentais nesta ação. Afinal, eles possuem muito mais capacidade técnica e orçamentária para fazer frente aos desafios. Os municípios do interior

do Amazonas e de Rondônia são grandes em área e pequenos em população e orçamento público. Um grupo de trabalho deveria ser montado para que as medidas protetivas da floresta, de desenvolvimento social e de proteção ao recurso natural sejam potencializadas, sob o enorme risco da explosão de grilagem no seu entorno e da realização do temido efeito espinha de peixe no entorno da rodovia.

A Governança da Amazônia só acontecerá se houver um empoderamento das sociedades locais. Não há como decretar proteção sem a presença de instituições com pessoas e recursos locais. Temos o hábito de fazer de conta que ocupamos a Amazônia e de protegê-la com o nada fazer. É necessário que planos de governança sejam feitos antes da obra ser iniciada. As ações são para já e não

para depois da organização da destruição. As Associações de Municípios do Amazonas e de Rondônia também possuem um importante papel frente ao desafio.

Ainda em 2020, mais de 40% dos municípios às margens da BR-319 possuíam focos de incêndio, segundo análise da Infoamazonia e Juliana Mori, com dados do INPE. A tendência deste cenário, que já foi mitigado, voltar a se deteriorar rapidamente é muito grande. A biodiversidade da área também precisa ser mais bem mapeada pelas universidades e institutos de pesquisa para a região. Será muito importante que projetos de pesquisa e de extensão tenham seu foco conectado com este desafio nacional. A decisão de recuperação da rodovia não pode ser percebida como um malefício, mas como uma oportunidade de progresso, que se

não for aproveitada com este enfoque, será um caminho de destruição.

Por fim, será muito importante a presença de proteção e de barreiras ambientais, tanto das fiscalizações estaduais, quanto federal. A reconstrução da BR-319 não será simples. Há um grande risco de negligência dos fatores de proteção de seu entorno. Não podíamos cair na armadilha de não fazer a rodovia, fingindo que isso era proteção, tal qual não podemos cair na cilada de que ao fazer a rodovia, os problemas se acabaram. O que mudará agora é a natureza do problema: sairemos da ausência de um tipo de política de desenvolvimento, onde não se fazia nada, fingindo que era proteção, para outra forma: onde se constrói, mas a obra em si não será suficiente. Precisamos agora da governança.

\*é professor da Ufam

## ARTIGO



Flávio Guimarães\*

## O dilema da empregabilidade: profissionalismo ou sobrevivência a qualquer custo?

A busca por estabilidade é um instinto humano fundamental. Seja você um colaborador em uma grande indústria do Polo Industrial de Manaus ou um empreendedor local, a segurança do “amanhã” é o que nos move. No entanto, vivemos um paradoxo: ao mesmo tempo em que o mercado exige mudanças ágeis, nossa natureza resiste a abandonar a zona de conforto. É nesse hiato entre o medo da incerteza e a necessidade de evoluir que reside o maior perigo para as organizações.

O grande vilão da produtividade atual não é apenas a tecnologia ou a economia, mas o comportamento. Em uma tentativa desesperada de “segurar” o cargo, muitos

profissionais e gestores recorrem a táticas nocivas: falta de visão sistêmica, egocentrismo, jogos duplos e até o vitimismo. Quando o medo do desemprego supera o compromisso com a excelência, o ambiente de trabalho transforma-se em um teatro de aparências.

Lideranças despreparadas, ou que pararam no tempo, geram um efeito cascata devastador. Sem técnica ou inteligência emocional para gerir pessoas, esses líderes focam excessivamente em processos e esquecem o capital humano. O resultado? Um “suicídio organizacional” anunciado, onde bons talentos são sufocados por uma gestão arcaica e tóxica.

Para reverter esse cenário,

\*é mestre pela UFPA, diretor de Educação da ABRH e coordenador dos cursos Tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

as empresas precisam parar de enxugar gelo. Resolver o problema significa atacar a causa, e ela começa no Recrutamento e Seleção. Contratar bem não é apenas preencher uma vaga com competências técnicas; é buscar profissionais resilientes, éticos e com mentalidade colaborativa.

Além disso, é urgente que o monitoramento do clima e do desempenho seja constante. Resultados satisfatórios hoje não garantem a sobrevivência amanhã se a base moral da equipe estiver corroída. A verdadeira estabilidade não nasce de tramas de bastidores, mas do equilíbrio entre três pilares essenciais:

Habilidades Técnicas: O saber fazer.

Habilidades Humanas: O saber conviver.

Habilidades Conceituais: O saber enxergar o todo.

O mercado amazonense, resiliente por natureza, sempre terá espaço para quem possui perfil empreendedor — aquele que não apenas executa tarefas, mas enxerga oportunidades onde outros veem apenas ameaças. A empregabilidade moderna é fruto da entrega de valor real, e não de manobras para manter o crachá no peito. Precisamos decidir se queremos empresas que apenas sobrevivem ou organizações que lideram. E essa escolha começa na postura ética de cada líder e liderado, todos os dias.

Vamos refletir sobre isto?

## ARTIGO



Juarez Balduino\*

## ZFM perde atração do Amazonas a partir de 2027

A partir de 2027 o Amazonas não vai mais arrecadar diretamente o valor do ISS e do ICMS (futuro IBS) referentes à atividade industrial, e passará a receber o tributo através do comitê nacional de Brasília, limitado ao montante recolhido antes da RT - Reforma Tributária, hoje totalizando anual-

mente cerca de R\$ 1,5 bilhão de ISS e R\$ 8 bilhões de ICMS segundo estimativas da SEMEF e da SEFAZ.

Neste novo formato, os esperados aumentos de faturamento do PIM - Polo Industrial de Manaus deixarão de gerar novas receitas equivalentes para o estado, que, portanto, não terá mais os recursos

adicionais para atender ao respectivo acréscimo populacional.

Esta situação interrompe a lógica da criação da ZFM desde 1967 que colocou Manaus em 1º lugar em crescimento demográfico nas últimas 6 décadas entre as 5.670 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, e que demandou

investimentos públicos da prefeitura e do governo estadual sustentados também pela crescente arrecadação direta anual da área industrial - foram escolas, unidades de saúde, abertura de ruas e suas infraestruturas, segurança pública, saneamento, transporte público e construção de moradias,

entre outras frentes, para os atuais 2,4 milhões de habitantes.

O fundo especial e exclusivo para o Amazonas criado pela EC - Emenda Constitucional 132 para investimento em novas atividades que não tenham vínculo com o DL 288/67, caso seja utilizado para o custeio estadual ou municipal que ultrapasse os R\$ 9,5 bilhões, deixará de cumprir seu objetivo.

Tal expediente retardará o processo amazonense de se utilizar da floresta para redirecionar sua economia sem os incentivos fiscais do PIM a partir de 2024, e

vai contrariar o motivo principal da criação do fundo.

Sem recursos para cobrir o custo de expansão do PIM, o Amazonas perde o interesse na ZFM. Em tese, perde até o interesse em sustentar sua estrutura atual, já que a transferência do comitê será automática.

Num cenário de ficção, embora tecnicamente aceitável, o PIM pode até ser descontinuado e ainda assim o Amazonas e a prefeitura de Manaus continuarão a receber os valores automáticos.

Seria a vida do amazonense garantida se embalando na rede?

\*é Amazonólogo, MSc em Sociedade e Cultura da Amazônia - Ufam, Economista, Professor de Pós-Graduação e Consultor de empresas especializado em ZFM